

Entendendo mais sobre a Lei da Biodiversidade Brasileira



genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou de outra natureza. Portanto, nossa biodiversidade.

Conhecimento tradicional associado

O Conhecimento Tradicional Associado (CTA), diz respeito a toda informação ou prática compartilhada por comunidades indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais sobre propriedades ou usos do patrimônio genético.

Repartição de benefícios

A repartição de benefícios diz respeito ao compartilhamento da receita líquida das empresas – aquelas que se encaixam na lei – com as comunidades detentoras do patrimônio genético ou CTA utilizados na fabricação dos produtos.

Ou seja, a Lei da Biodiversidade busca trazer uma convivência regulada entre empresas e comunidades, prevendo a utilização sustentável dos recursos e o retorno de benefícios aos grupos que necessitam de proteção. Essa legislação também propicia a fomentação de pesquisa, do desenvolvimento e da inovação, mantendo o ciclo de exploração da biodiversidade, ao menos, um pouco mais sustentável.

Esta matéria está associada ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), 15 (Vida Terrestre) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Fonte: [Instituto Ecológica](#)

No último sábado, dia 22 de maio, foi celebrado o Dia Internacional da Biodiversidade. A data criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 22 de maio de 1992, tem o intuito de conscientizar a população de todo o mundo sobre a importância da diversidade biológica e preservação da biodiversidade em todos os ecossistemas.

No Brasil, o [Decreto 8.772/2016](#) regulamentou a Lei 13.123/2015, se tornando um marco importante para a implementação, de fato, da Lei da Biodiversidade brasileira. Mas o que tal lei diz?

A Lei dispõe sobre três aspectos importantes: (1) acesso ao patrimônio genético, (2) sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e (3) sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Para ficar mais fácil, vamos decifrar um pouco mais.

O que é patrimônio genético?

Sobre patrimônio genético podemos entender toda informação de origem

Eleição de magistrado ou magistrada para Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual iniciada hoje



Hoje, desde às 8h, está ocorrendo a votação para eleição de magistrado ou magistrada para integrar Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual da JFBA. O

link de acesso ao Microsoft Forms foi disponibilizado no e-mail pessoal de juízes e juízas federais da Seção Judiciária.

Todos os juízes federais titulares e substitutos, de todas as unidades judiciárias da SJBA, estarão concorrendo à vaga, com exceção da Juíza Federal Karine Costa Carlos Rhem da Silva, por já ter sido indicada pela AJUFBA para compor a referida Comissão, conforme disposto no art. 15, II d, da Resolução CNJ 351/2020.

A votação se encerra hoje, às 19 horas. Lembramos que o desempate da eleição, caso necessário, acontecerá da seguinte forma: a) antiguidade na SJBA; b) antiguidade na carreira.

Centro de Estudos Judiciários disponibiliza a Revista CEJ n. 80

O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) publicou a edição n. 80 da Revista CEJ, referente aos meses de julho a dezembro de 2020. Na publicação foram abordados temas atuais e relevantes como arbitragem, audiências públicas e a esperada vacina contra a Covid-19.

O artigo “Arbitragem e precedentes: possível vinculação do árbitro e mecanismos de controle” analisa os impactos do sistema de precedentes nas jurisdições estatal e arbitral, sob a égide da legislação brasileira.

Na seara do Direito Constitucional, o texto “Audiências públicas no STF: entre inovação e tradição” questiona como integrar as audiências públicas à prática da Suprema Corte brasileira, de modo a promover o efetivo diálogo desta com as demais instituições públicas e com a sociedade civil.

Já o artigo “Covid-19: por que não se investiu antes em vacina?” evidencia a racionalidade do sistema de incentivos para investir em pesquisa e a necessidade de reformulação do modelo vigente.



A edição, traz ainda, duas expressivas obras na seção “Indicações Literárias”, são elas: **Altos Estudos sobre a Prova e Responsabilidade Tributária de Grupos Econômicos**, prefaciadas por Antônio Magalhães Gomes Filho e Mauro Campbell Marques, respectivamente.

Confira a íntegra da edição n. 80 da Revista CEJ no link: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej>

Mês das Mães



“Ser mãe é ser maior! É abraçar o mundo através do milagre da vida. É sonhar, acreditar, e é conquistar o futuro em todos os momentos do agora. Ser mãe é dar vida à vida, e é beijar o céu com os pés na terra! É carregar no ventre a dádiva maior de toda a existência, e é cantar para seu bebê desconhecido, acariciar a própria barriga como se estivesse tocando em seu rosto. Ser mãe é ser mais que maior!”
(Autor Desconhecido)

Sônia Maria Dalcum Jonde Monteiro, servidora lotada na SECAM. É mãe de Roberta Dalcum Jonde Monteiro, de 28 anos.

Aniversariantes

Hoje: Adriana Rosa Martins Costa (Feira de Santana), Erisvaldo dos Santos (14ª Vara), José Nilton Barbosa Fonseca (Juazeiro) e Pedro Victor Nóbrega dos Santos (Paulo Afonso). **Amanhã:** Andreia Valdizia Viana Pereira (Juazeiro), Fernanda Giacomo Passos Suzart (Nutor), Alvaro Antonio Brito Reis (Nutec) e Thaís Queiroz Barnabé (Vitória da Conquista).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão: Serviço de Comunicação Social - SERCOM. Diagramação: Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. Telefones: (71) 3617-2616. Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. Site: portal.trf1.jus.br/sjba E-mail: jfh@trf1.jus.br